



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2017

Senhor Acionista,

A Diretoria da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S.s. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

1. GESTÃO EMPRESARIAL

1.1. Gestão de negócios

Em cumprimento ao seu objeto social, a Companhia atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos. No exercício de 2017, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$85.214 mil. No exercício de 2016, foram pagos R\$213.379 mil.

Pagamentos de Contraprestações - (R\$ mil)		
Parcerias Público-Privadas	2016	2017
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	95.933	2.252
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	90.827	70.853
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	26.619	12.109
Total	213.379	85.214

Essa redução se deve ao fato de várias contraprestações terem sido pagas diretamente pelo Estado de Minas Gerais, sem intermédio da EMIP.

A Companhia atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido neste exercício uma receita líquida de R\$551 mil com a venda de 18 imóveis por meio de concorrências públicas. No exercício anterior, foi apurada receita líquida de R\$944 mil com a venda de 25 imóveis.

Tendo em vista a crise econômica vivenciada pelo país, bem como o fato de muitos imóveis componentes da carteira da EMIP possuírem baixa liquidez, a Administração considera satisfatórios os resultados alcançados.

Restam no estoque de imóveis disponíveis para venda 92 imóveis, registrados pelo valor de R\$7.407 mil. Com base nos mais recentes laudos de avaliação desses imóveis, a Companhia registrou um impairment de R\$1.772 mil, de modo a refletir o valor justo que é de R\$5.635 mil.

Estoque de Imóveis	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Posição em 31/12/2016	110	8.361
Imóveis vendidos	(18)	(954)
Impairment acumulado de imóveis disponíveis para venda	-	(1.772)
Posição em 31/12/2017	92	5.635

1.2. Recursos Humanos

A Companhia utiliza a mão de obra dos empregados de sua controladora, valendo-se de Convênio de Cooperação Técnica

firmado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2017, a EMIP possui em seu passivo o montante de R\$65 mil a pagar à MGI relativo ao compartilhamento de mão de obra, nos termos do convênio firmado.

2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A EMIP auferiu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, receita operacional líquida de R\$551 mil proveniente da comercialização de bens imóveis próprios não de uso, apresentando uma redução de 42% em relação ao exercício de 2016, quando auferiu R\$ 944 mil.

O custo apurado no exercício totalizou R\$745 mil, composto por: (i) R\$705 mil relativo ao custo de aquisição dos imóveis vendidos; (ii) R\$30 mil relativo ao custo de avaliação de imóveis; (iii) R\$10 mil relativo ao IPTU. No exercício anterior, o custo foi 52% superior, totalizando R\$1.549 mil.

Dessa forma, a EMIP apurou, no exercício de 2017, prejuízo operacional bruto de R\$194 mil, enquanto no exercício de 2016 o prejuízo foi de R\$605 mil. Os prejuízos brutos observados em ambos os exercícios ocorreram porque alguns imóveis vendidos apresentaram desvalorização em relação ao custo de aquisição.

O resultado financeiro líquido apurado pela Companhia no exercício de 2017 foi de R\$198 mil, inferior em 25% ao resultado apurado no exercício de 2016, que foi de R\$263 mil. Esse resultado refere-se aos rendimentos de aplicações financeiras, deduzidos IOF e despesas bancárias. Esta diminuição decorre da redução do montante de recursos aplicados, em razão da execução dos pagamentos de contraprestações das parcerias público-privadas.

Com base nos resultados supramencionados, a EMIP auferiu no exercício de 2017 prejuízo líquido de R\$1.917 mil, valor 55% inferior ao prejuízo do exercício anterior, que totalizou R\$4.230 mil. A melhoria do resultado em 2017 deveu-se a dois fatores:

(a) A redução do custo operacional superou o decréscimo da receita líquida, gerando uma melhoria de 67% no resultado bruto;

(b) No exercício de 2016, foi reconhecido impairment de imóveis disponíveis para venda no valor de R\$2.137 mil, enquanto, em 2017, houve reversão de impairment no valor de R\$116 mil decorrente de novos laudos de avaliação dos imóveis.

Apesar do prejuízo auferido em 2017, a Administração considera satisfatórios os resultados alcançados, uma vez que, apesar da redução da receita líquida, a redução do custo operacional propiciou uma considerável melhoria no resultado bruto. Outrossim, considerando que a principal atividade fim da EMIP, pela qual foi fundada, é a atuação como mandatária do Estado de Minas Gerais no âmbito das PPP's, a Diretoria considera cumpridos seus objetivos definidos para o exercício.

3. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

4. AGRADECIMENTOS

A Administração da EMIP considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2017 e agradece o apoio e a orientação recebidos de sua controladora MGI, da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus colaboradores.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2018.

A Administração.

Balanco Patrimonial						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016						
(Em milhares de Reais)						
Ativo	Notas	2017	2016	Passivo	Notas	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.022	140	Fornecedores e outras contas a pagar	10.a	65
Tributos a recuperar	6	132	200	Salários e encargos sociais		228
Estoque de imóveis para comercialização	8	5.635	6.224	Tributos a recolher		216
Outras contas		35	30	Obrigações por repasse	9	1.735
Total do ativo circulante		6.824	6.594	Total do passivo circulante		2.244
Depósitos judiciais		-	91	Patrimônio líquido		
Créditos com o EMG	5	-	41.028	Capital social	11.a	10.066
Tributos a recuperar	6	1.224	1.197	Prejuízo acumulado	11.d	(4.262)
Imobilizado		1	1	Total do patrimônio líquido		5.804
Total do ativo não circulante		1.225	42.317			47.903
Total do ativo		8.049	48.911	Total do passivo		8.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016									
(Em milhares de Reais)									
	Notas	Capital social		Reserva de lucros			Lucros/Prejuízos Acumulados		Total
		Capital social	Social a realizar	AFAC	Reclassificações de PPP	Legal	Retenção de Lucros	Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2015		547.664	(40.540)	-	(461.500)	1.885	3.468	-	50.977
Aumento de Capital		10.000	-	-	-	-	-	-	10.000
Integralização de Capital		-	40.540	-	-	-	-	-	40.540
Aumento de Capital com retenção de lucros		3.468	-	-	-	(3.468)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	162.554	-	-	-	-	162.554
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior		1.156	-	-	-	-	-	-	1.156
Reserva legal		-	-	-	(1.885)	-	-	1.885	-
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP		-	-	-	(213.094)	-	-	-	(213.094)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(4.230)	-	(4.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		562.288	-	162.554	(674.594)	-	-	(2.345)	47.903
Aumento de Capital	11.a	248.614	-	(248.614)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	86.060	-	-	-	-	86.060
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP		-	-	-	(85.371)	-	-	-	(85.371)
Proposta de redução do Capital aprovado pelo CA em 20/12/2017		-	-	-	(40.871)	-	-	-	(40.871)
Prejuízo do exercício	11.d	-	-	-	-	-	(1.917)	-	(1.917)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		810.902	-	-	(800.836)	-	-	(4.262)	5.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (“Companhia”), pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da MGI, possui como principais objetivos, conforme art. 3º do seu Estatuto Social: (a) titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, (b) estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, (c) assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP), (d) elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e parcerias público-privadas, (e) auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, (f) prestar garantias, (g) celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, (h) participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

2. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que

correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da EMIP. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Demonstrações de resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2017	2016
Receita		12	551
Custos		13	(745)
Resultado bruto			(194)
Despesas administrativas		13	(2.134)
Outras receitas			97
Perda/reversão no valor recuperável de imóveis para venda		8	116
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos			(2.115)
Receitas financeiras		14	208
Despesas financeiras		14	(10)
Receitas financeiras, líquidas			198
Resultado antes dos impostos			(1.917)
Impostos de renda		7	-
Contribuição social		7	-
Resultado do exercício			(1.917)
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)			(4,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
(Em milhares de Reais)			
	Nota	2017	2016
Resultado do exercício	11-d	(1.917)	(4.230)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		(1.917)	(4.230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo serão aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios subsequentes dessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorrem. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a EMIP se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber de clientes e outros créditos e títulos e valores mobiliários.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo. (Veja nota 4).

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizadas. (Veja nota 5). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de negócio da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos a pagar, dividendos a pagar e obrigações por repasse.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência.

b. Estoque de imóveis para comercialização

Representados por unidades imobiliárias, com intenção de venda. São demonstrados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor líquido de realização. O custo é determinado pelo Custo histórico e o valor líquido de realização correspondente ao preço de venda estimado menos custos para vender. A Administração constitui provisão para perda dos estoques sem expectativa de realização. (veja nota 8).

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma

Demonstrações dos fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016		
(Em milhares de Reais)		
	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(1.917)	(4.230)
Resultado do exercício		
Ajustes para:		
Perda/reversão na recuperação de imóveis para venda	(116)	2.137
	(2.033)	(2.093)

(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários

(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	41	(34)
(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	91	(91)
(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	(85.214)	(213.378)
(Aumento)/diminuição de outras contas	(4)	(10)
Aumento/(diminuição) de fornecedores	(692)	656
Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	207	4
Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	67	76
Aumento/(diminuição) de obrigações por repasse	1.654	(605)
Caixa usado nas atividades operacionais	(85.178)	(213.958)
Aumento capital social	86.060	213.094
Caixa proveniente de atividades de financiamento	86.060	213.094
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.022	140
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	140	1.004
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	882	(864)
Movimentação não Caixa	882	(864)
Proposta de redução do Capital aprovado pelo CA em 20/12/2017	40.871	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos de aplicações em fundos de investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos, deduzidos do PIS e COFINS não cumulativos incidentes sobre as receitas financeiras.

As despesas financeiras abrangem de encargos financeiros e impostos incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

f. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

g. Novas normas e interpretações ainda não adotadas.